



CONSELHO DE ENSINO PARA GRADUADOS

ATA DA REUNIÃO DO DIA VINTE E NOVE DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS

1 Ao vigésimo nono dia do mês de julho de dois mil e vinte e dois, às 9h52, o Conselho de
2 Ensino para Graduados reuniu-se em Sessão Ordinária, no auditório do Parque
3 Tecnológico da UFRJ, sob a presidência da Professora Denise Maria Guimarães Freire.
4 Estavam presentes à Sessão o Superintendente Geral de Pós-graduação e Pesquisa... a
5 Superintendente Acadêmica de Pesquisa Ariane Roder, os Conselheiros Docentes
6 representantes dos Centros Universitários: Linduino Jose Pitombeira de Oliveira (CLA),
7 Ethel Pinheiro Santana (CLA), Juliana Beatriz Almeida de Souza (CFCH), Fabricio Leal de
8 Oliveira (CCJE), Kátia Vergetti Bloch (CCS) e Verônica Maria Araújo Calado (CT). Os
9 representantes dos discentes: Natália Silva Trindade e Isadora Silva Barcellos. As
10 representantes do Campus Duque de Caxias, Juliany Cola Fernandes Rodrigues e Luisa
11 Andrea Ketzer. O representante do Campus Macaé, João Luiz Mendes Wanderley. E a
12 representante dos Antigos Alunos, Doris de Oliveira Araujo Cruz. Justificaram as
13 ausências Julie de Araujo Pires (CLA), Aniela Improta França (CLA), José Jairo Vieira
14 (CFCH), Cláudia Pinto Figueiredo (CCS), Celio Albano da Costa Neto (CT), Paulo Henrique
15 de Souza Picciani (CT), Eliane Guedes (FCC), Cláudia Rodrigues Ferreira de Carvalho
16 (FCC). A Presidente do CEPG deu início à Sessão com saudações aos presentes,
17 solicitando a inversão da ordem dos pontos de pauta, o que foi aprovado por
18 unanimidade. Iniciou-se com o **Expediente 1.1-** Procedeu à leitura de uma nota
19 encaminhada pela PR2, manifestando preocupação com os cortes orçamentários recentes
20 impostos às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e às agências de fomento à
21 pesquisa, como CAPES, CNPq e FINEP. Enfatizou que tais bloqueios comprometem a
22 sustentabilidade das atividades científicas e acadêmicas, impactando diretamente na
23 formação de recursos humanos e na produção de conhecimento. Lembrou que mais de
24 90% da produção científica do país é realizada em instituições públicas, reiterando que a
25 defesa dessas universidades é compromisso de todos os membros da comunidade
26 acadêmica. A Presidente leu ainda um trecho redigido pela Superintendente Ariane Roder,
27 no qual se expressa profunda consternação diante da conjuntura crítica que afeta a
28 educação superior pública brasileira. **1.2-** A seguir, a Presidente informou sobre a
29 publicação de edital do Parque Tecnológico da UFRJ, destinado à seleção de projetos nas
30 áreas de sustentabilidade. Serão destinados R\$ 1.350.000,00 para financiamento de
31 dezesseis propostas, com valores de R\$ 80.000,00 por projeto. As iniciativas devem estar
32 alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com destaque para os
33 ODS 6 (Água Potável e Saneamento), 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico),
34 10 (Redução das Desigualdades) e 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis). O edital já
35 se encontrava disponível no site institucional do Parque. **1.3-** Dando continuidade ao
36 expediente, a Conselheira Natália Trindade fez uso da palavra para agradecer o apoio
37 institucional da PR2 e da ADUFRJ, que possibilitou a sua participação, juntamente com o
38 Secretário-Geral da APG, Paulo Holanda, no 28º Congresso Nacional de Pós-Graduandos.

39 Relatou que o evento foi relevante para reafirmar o compromisso da UFRJ com a
40 democratização da ciência, especialmente ao destacar conquistas como a
41 institucionalização das ações afirmativas e a resolução da cotutela nacional, propostas
42 pioneiras da UFRJ. Informou que Vinícius Soares, residente da área da saúde e defensor
43 das ações afirmativas, foi eleito como novo presidente da ANPG. Ressaltou o papel da
44 interdisciplinaridade na superação das fronteiras disciplinares e na construção de uma
45 universidade mais inclusiva, integrada e socialmente engajada. **1.3.1-** A Conselheira
46 destacou a evasão de estudantes da pós-graduação em função da ausência de bolsas e
47 de políticas de permanência, defendendo a inclusão dos pós-graduandos no orçamento
48 da universidade. Apontou a necessidade de dados concretos sobre a realidade discente
49 e propôs a realização de um censo da pós-graduação. Inspirada no plano emergencial
50 “Aloísio Teixeira”, sugeriu a elaboração de estratégias institucionais que enfrentem a atual
51 crise orçamentária com planejamento e clareza de propósito.**1.3.2-** A Presidente Denise
52 Freire agradeceu a manifestação e relatou preocupação com a evasão de pós-doutores
53 para o exterior. Considerou esse movimento como uma fuga de cérebros e perda de
54 investimento público, dado que os formandos passaram por todo o sistema público de
55 saúde e educação. Informou ter iniciado tratativas com a FIRJAN visando articulações
56 para reverter esse cenário por meio de parcerias que promovam empregabilidade e
57 retenção de talentos. **1.3.3-** A Conselheira Natália Trindade propôs o convite ao Professor
58 Odir Dellagostin, presidente da CONFAP, que coordena estudos relevantes sobre o
59 impacto das Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) no Sistema Nacional de Ciência e
60 Tecnologia. A Presidente manifestou concordância, elogiou o trabalho do professor e
61 comprometeu-se com o convite. Sem mais inscritos, passou-se a **Ordem do dia**. **2.1-**
62 *Editais de Professor Visitante (PV) e Professor Visitante Sênior (PVS)*. A apresentação foi
63 conduzida pela Conselheira Kátia Bloch, da CCDP, que iniciou com a leitura do Edital PV,
64 destacando os artigos 1º e 2º, ambos aprovados sem objeções. Ao abordar o artigo 3º,
65 item III, ressaltou o papel dos conselheiros do CEPG na indicação e avaliação como
66 pareceristas ad hoc. Em seguida, apresentou o quadro de critérios e escala de pontuação,
67 destacando a inclusão das ações de extensão como elemento de avaliação.**2.1.1-** O
68 Conselheiro João Luiz Mendes ponderou sobre a distribuição da pontuação atribuída à
69 extensão, sugerindo revisão quanto à equivalência entre graduação e extensão. **2.1.2-**
70 A Conselheira Natália Trindade defendeu a importância de creditar ações de extensão na
71 pós-graduação, reiterando que a sua inclusão em editais contribui para a valorização
72 dessas atividades pelos discentes. **2.1.2.1-** A Presidente Denise Freire reforçou que a
73 extensão, principalmente em tempos de negacionismo, é um instrumento fundamental
74 de diálogo entre a ciência e a sociedade. **2.1.2.2-** A Conselheira Juliany Fernandes,
75 relatou resistência de parte do corpo docente à extensão, apesar de ser critério
76 obrigatório para progressão na carreira. Informou que, na discussão da nova matriz
77 orçamentária junto à PR3, a extensão ganhará peso equivalente ao ensino e à
78 pesquisa.**2.1.2.3-** A Conselheira Verônica Calado contrapôs a equivalência sugerida,
79 argumentando que a atuação do pesquisador visitante deve priorizar ensino e pesquisa,
80 enquanto a extensão deve ser considerada em menor proporção. **2.1.3-** A
81 Superintendente Ariane Roder sugeriu a inclusão de pontuação referente à
82 internacionalização, ressaltando que a atuação em redes internacionais de pesquisa deve
83 ser estimulada e avaliada. **2.1.3.1-** A Presidente Denise Freire concordou, lembrando as
84 metas do programa PRINT da CAPES, e propôs a integração dos três eixos — ensino,
85 pesquisa e extensão — com atribuição de 10 pontos à atuação integrada. Sugeriu ainda
86 que fosse explicitado no edital que a internacionalização seria critério relevante. **2.1.3.2-**
87 O Conselheiro Fabrício Lopes propôs subdivisão do critério de linha de pesquisa para
88 contemplar a atuação internacional. As sugestões foram acolhidas e consensuadas.

89 **2.1.4-** A Conselheira Kátia Bloch prosseguiu com a leitura dos artigos restantes, incluindo
90 o cronograma e o formulário de inscrição. **2.1.4.1-**A Conselheira Ethel Pinheiro
91 questionou a definição das datas, sendo acordado que seriam consolidadas até a semana
92 seguinte. A Presidente informou que a aprovação seria formalizada por e-mail. **2.1.5-**Na
93 sequência, foi apresentado o Edital PVS, com as principais diferenças em relação ao PV.
94 **2.1.6-**O Conselheiro Fabrício Leal esclareceu que os pareceristas ad hoc receberiam um
95 questionário e atribuiriam pontuação por item, com recomendação automática gerada
96 pelo sistema: “não recomendado” (até 9 pontos), “recomendado com ressalvas” (10–19),
97 “recomendado” (20–24) e “recomendado com destaque” (25). **2.1.6.1-**A Conselheira
98 Verônica Calado sugeriu que fosse mantido o modelo de parecer qualitativo semelhante
99 ao do CNPq. O Conselheiro João Luiz explicou que o novo modelo já contempla essa
100 dimensão de forma automatizada. **2.1.7-** A Presidente da Sessão informou que,
101 conforme tratado com a PR4, o Edital PV reservará 20% das vagas para ações afirmativas,
102 com sorteio. No PVS, por ser de indicação direta, não haverá reserva. Solicitou a inclusão
103 de nota explicativa sobre essa diferenciação na publicação do edital. Passou-se então ao
104 segundo ponto de pauta: **2.2- Aprovação da Instrução Normativa sobre Ações**
105 **Afirmativas.** A Conselheira Juliana Beatriz apresentou o texto, esclarecendo que se trata
106 de instrumento complementar à Resolução vigente, com redação clara e objetiva. **2.2.1-**
107 A Conselheira Kátia Bloch sugeriu revisão do trecho que menciona “candidatas mães”,
108 propondo a substituição por “preceptores”, contemplando arranjos familiares diversos,
109 inclusive uniões homoafetivas. **2.2.1.1-**A Conselheira Ethel Pinheiro alertou que o
110 dispositivo trata de condições fisiológicas associadas à lactação, mas admitiu que o termo
111 “preceptor” pode ser mais adequado para incluir situações específicas. **2.2.1.2-** A
112 Conselheira Doris Cruz corroborou a proposta, reforçando a necessidade de reconhecer
113 configurações familiares diversas. O termo “preceptores” foi consensualizado. **2.2.2-**
114 Durante a leitura da tabela de classificação e dos critérios de avaliação da política,
115 surgiram preocupações quanto à coleta de dados sensíveis, especialmente de renda,
116 cor/raça e deficiência. **2.2.2.1-**A Presidente Denise Freire demonstrou receio quanto à
117 implicação jurídica de se exigir comprovações, especialmente à luz da Lei Geral de
118 Proteção de Dados (LGPD). O Conselheiro Fabrício propôs redação genérica que transfira
119 a responsabilidade da aferição ao programa. **2.2.3-** A Conselheira Juliany Rodrigues
120 advertiu sobre a necessidade de capacitação técnica para aplicar instrumentos
121 socioeconômicos, defendendo que a PR7 seja envolvida nesse processo. A
122 Superintendente Ariane Roder alertou que, sem sistematização central, os dados
123 poderiam se tornar inúteis ou inconsistentes, propondo o uso de ferramentas como
124 REDCap e eventual submissão ao Comitê de Ética. **2.2.4-** O representante da Diretoria
125 de Acessibilidade (DIRAC), Pedro, propôs a substituição do termo “deficiência mental”
126 por “deficiência intelectual” e a inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista
127 (TEA) nas ações afirmativas, em consonância com a Lei Brasileira da Inclusão. Defendeu
128 políticas indutoras que promovam não apenas o acesso, mas também a permanência e o
129 êxito desses estudantes.**2.2.5-** Ao final, foram discutidos os momentos ideais para a
130 coleta dos dados (durante a matrícula ou inscrição em disciplinas), a forma de
131 consolidação e a responsabilidade institucional por formular o instrumento padrão. **2.2.6-**
132 A Presidente da Sessão propôs articulação entre CEPG, PR2 e PR7 para definição conjunta
133 da metodologia e adiou a deliberação final da Instrução Normativa para a próxima Sessão.
134 Não havendo mais discussões, a Sessão foi encerrada às 12h29. Para constar, eu, Adriene
135 Campelo do Amaral, Secretária do CEPG, lavrei a ata que, após aprovação, será assinada
136 pela Presidente da Sessão, Professora Denise Maria Guimarães Freire, e por mim.

138 Adriene Campelo do Amaral
139 Secretária

Denise Maria Guimarães Freire
Presidente